

A CHINA E A EXTRAÇÃO ABUSIVA E ILEGAL DE MADEIRA NA GUINÉ-BISSAU (2012-2014): UMA ANÁLISE CRÍTICA DA RELAÇÃO SINO-GUINEENSE ¹

Mussa Jau²

RESUMO

A temática sobre a extração dos recursos envolvendo a China nos países africanos e os consequentes impactos socioambientais em voga na África tem sido o motivo da inquietação de pesquisadores preocupados em desvelar tanto as questões geoestratégicas da China no que concerne ao “redesenho” mundial, como também o de intentar questionar a política de solidariedade e política de horizontalidade existente entre os parceiros do sul global, em especial os países africanos, a exemplo da Guiné-Bissau, demarcado como o cenário deste estudo. O objetivo deste artigo é mostrar como é que a relação da China com a Guiné-Bissau nos últimos anos tem ganhado novos significados, se deslocando das relações ideológicas de multilateralidade e horizontalidade e começando a se debruçar no plano de extração abusiva e ilegal de madeiras. Para tanto, usou-se procedimentos metodológicos qualitativos de caráter exploratório, fundamentalmente em revisão teórica bibliográfica, análise de discurso e documental, com fontes primárias confrontados com análises epistemológicas no processo de confecção da pesquisa e, conseqüentemente, na busca pela explicação do objeto. Entretanto, chegou a conclusão de que, a instabilidade política causada pelo golpe militar de 12 de abril de 2012 arrastou a Guiné-Bissau para um colapso econômico terrível, que culminou no fracasso do Estado de direito, foi uma das principais causas da exploração abusiva e ilegal de madeira entre os anos 2012 e 2014 na Guiné-Bissau. Entretanto, existem outros fatores internos e externos influenciaram este processo. Por outro lado, o estudo indica que existem indícios que mostram que a extração abusiva e o comércio ilegal de madeira é resultado da relação assimétrica entre a China e a Guiné-Bissau, tendo em conta as concessões de licenças oficiais de corte de madeira para um número considerável de empresários chineses.

Palavras-chave: China - Relações exteriores. Guiné-Bissau - Relações exteriores. Madeira - Exploração - Guiné-Bissau, 2012-2014.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

² Graduado em Humanidades e Bacharelado em Relações Internacionais, ambos pela UNILAB/IHLM.

ABSTRACT

The theme about the extraction of resources involving China in African countries and the consequent socio-environmental impacts in Africa has been the reason for the concern of researchers concerned with unveiling both the geostrategic issues of China with world "redesign", as well as trying to question the policy of solidarity and horizontality policy existing among the partners of the global south, especially the African countries, such as Guinea-Bissau, demarcated as the scenario of this study. The purpose of this article is to show how the relationship between China and Guinea-Bissau in recent years has gained new meanings, shifting from the ideological relationships of multilaterality and horizontality and beginning to focus on the plan of abusive and illegal logging. For that, qualitative methodological procedures of exploratory character were used, fundamentally in literature review, discourse and documentary analysis, with primary sources confronted with epistemological analysis in the consequently, in the search for the explanation of the object. However, he came to the conclusion that, the political instability caused by the military coup of 12 April 2012 dragged Guinea-Bissau into a terrible economic collapse, which culminated in the failure of the rule of law, was one of the main causes of the abusive and illegal logging between 2012 and 2014 in Guinea-Bissau. However, there are other internal and external factors that influenced this process. On the other hand, the study indicates that there is evidence that shows that the abusive extraction and illegal trade of wood is a result of the asymmetric relationship between China and Guinea-Bissau, taking into account the concessions of official wood-cutting licenses for a considerable number of Chinese entrepreneurs.

Keywords: China - Foreign affairs. Guinea-Bissau - Foreign affairs. Wood - Exploration - Guinea-Bissau, 2012-2014.

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre a extração dos recursos envolvendo a China nos países africanos e os consequentes impactos socioambientais em voga na África tem sido o motivo da inquietação de pesquisadores preocupados em desvelar tanto as questões geoestratégicas da China no que concerne ao “redesenho” mundial, como também o de intentar questionar a política de

multilateralismo e política de horizontalidade existente entre os parceiros do sul global, em especial os países africanos, a exemplo da Guiné-Bissau, demarcado como o cenário deste estudo.

Na Guiné-Bissau a degradação ambiental e a exploração dos recursos naturais começaram desde a invasão colonial. Segundo Barros (2017), o modelo colonial fundamentou o seu crescimento à custa dos territórios ocupados, onde exploraram os recursos naturais, devastaram as culturas e tradições, fazendo com que essas nações vivessem em uma situação precária. A Guiné-Bissau não se abstém desse abuso colonial, pois ela também foi vítima da exploração dos recursos naturais por parte da colônia portuguesa.

Durante a luta de libertação nacional, o meio ambiente foi totalmente deteriorado e degradado pelas bombas e outras armas pesadas usadas durante o confronto entre tropas portuguesas e combatentes do Partido Africano da Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após a independência, era suposto que a situação mudasse, mas o início da construção ou recuperação de algumas infraestruturas, assim como a criação de muitas indústrias, sem levar em consideração as condições geopolíticas para proteção dos recursos naturais, fez com que a situação se tornasse mais grave (BARROS, 2017).

Ademais, houve também a concessão das terras de uma forma desregulada e um uso incontrolável da natureza (TININGUENA, 2017). Portanto, essas e outras práticas da exploração predatória dos recursos naturais contribuíram para as degradações ambientais que têm causado impactos negativos ao ecossistema desse país, tais como: a diminuição da chuva, desertificação, excesso da temperatura, mudanças climáticas, dentre outros.

A frequente instabilidade política, sobretudo os golpes de estado, e as inúmeras insurgências protagonizadas pela classe castrense, constituem os fatores principais, que além de desmoralizar as instituições estatais, fazem eclodir práticas de exploração ilegal e ilícita dos recursos naturais, em especial a madeira. Esses eventos abalam todos os setores do país, inclusive da economia, provocando a luta pela sobrevivência dos indivíduos, onde os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses vitais da nação (BATHILLON, 2018).

As intempéries políticas desse gênero afetam a boa qualidade do funcionamento das instituições do Estado, conseqüentemente gera a insegurança e a falta de compromisso/responsabilidade dos funcionários públicos em cuidar do patrimônio nacional. Esse fato dá margens para a usurpação de outros atores internacionais, como aconteceu nos momentos de tensões políticas e golpe de Estado em 12 de abril de 2012.

O referido acontecimento ficou marcado na memória dos guineenses não só pela morte de duas figuras políticas importantes do país (Presidente da República e General das Forças Armadas), mas também pela agressão à natureza feita na sociedade guineense. Nessa época, foram realizadas muitas denúncias acerca da exploração ilegal e abusiva das madeiras para fins econômicos.

Segundo a imprensa DW África³, em 2013 saíram 15 contentores de troncos de árvores do porto de Bissau para o exterior. Os números cresceram em 2014 para 409, quase 30 vezes a mais que em 2013. E cada contentor com troncos de “pau de sangue” custava 17,7 mil euros. Em 2017, um diagnóstico Florestal foi realizado pela equipe da *Tininguena*⁴, onde foram mostradas as regiões mais afetadas pelo corte de madeira, tal como se pode observar no mapa a seguir..

A gravidade da situação do crime ambiental levou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa sessão especial em maio de 2014, a denunciar a destruição do meio ambiente, e apelou-se uma assunção de responsabilidades políticas e sociais aos órgãos soberanos do País. Entretanto, o Governo da República da Guiné-Bissau viu-se na obrigação de decretar a moratória de cinco anos de interdição de corte das árvores. Mas isso não foi suficiente para acabar com o contrabando das madeiras, pois novas denúncias de comércio ilegal de madeiras ocorreram em 2019, nos primórdios das eleições presidenciais (TININGUENA, 2017).

Destarte, para ilustrar os possíveis entrelaçamentos entre as empresas chinesas com a extração abusiva e o comércio ilegal de madeira nesse país, que foi apontada na premissa levantada na fase inicial do projeto, exigiu o recurso metodológico de perspectiva interdisciplinar. Entretanto, dessa perspectiva e as premissas, tornou-se necessário utilizar os procedimentos metodológicos qualitativos de carácter exploratório, fundamentalmente em revisão teórica bibliográfica, análise de discurso e documental, com fontes primárias confrontados com análises epistemológicas no processo de confecção da pesquisa e, consequentemente, na busca pela explicação do objeto.

Destaca-se que, para explicar as motivações mediante a causalidade dos fenômenos (relacionados ao extrativismo de madeira), a pesquisa explicativa se torna útil. Por meio dessa pode-se obter o aprofundamento da realidade, aqui se tratando dos negócios obscuros entre

³ DW ÁFRICA. **Tráficos de madeiras na Guiné-Bissau**. Acesso em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-tr%C3%A1fico-de-madeira-e-droga-aumenta-antes-das-legislativas/a-45582225>, 15.05.2020

⁴ Tinguena é o uma organização de “Gestão Transparente – Recursos Sustentáveis”: Reforço de Capacidades da Sociedade Civil para a Monitorização da Gestão de Exploração dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau.

empresários chineses, intermediários e comunidades locais (Gil *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 22).

No geral, foi utilizado o método de análise do conteúdo para examinar os dados que foram coletados a partir das técnicas mencionadas. Segundo Bardin (1997, p. 9), a análise do conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de mensagens”. Ela é baseada numa interpretação controlada baseada na dedução para tirar possíveis ilações por detrás das comunicações ou outros tipos de dados qualitativos.

O presente artigo está dividido em cinco (5) partes, além da introdução e as considerações finais. 1- Caracterizou-se o mercado de madeira na Guiné-Bissau; 2- Fez-se uma análise da crise política de 2012, e suas influências para exploração abusiva e ilegal de madeira; 3- Foi desenvolvida uma abordagem teórica sobre o que seria a exploração abusiva e ilegal de madeira; 4- Foi analisada a relação sino-guineense; 5- Fez-se uma análise de discurso sobre a exploração abusiva e ilegal de madeira.

2 MERCADO DE MADEIRA NA GUINÉ-BISSAU

Geograficamente, a Guiné-Bissau fica situada na Costa de África Ocidental, numa região privilegiada para atividades agrícolas. É limitada com Senegal ao Norte do país, a Leste e Sul pela República de Guiné-Conakry e Oeste pelo Oceano Atlântico. Ela possui uma superfície de 36.125 Km², divididos em zonas Insulares e continentais. É convém salientar que a floresta ocupa mais do que metade do território nacional, e contribui com 13,7% do Produto Interno Bruto-PIB (MDR, 2006). Serve de fonte da aquisição do combustível lenhosa (energia lenhosa) e construção de fibras. O espaço florestal é usado para fazer cerimônias religiosas, e suas plantas são aproveitadas como insumo para medicinas tradicionais.

A Guiné-Bissau é um país que enfrenta muitos problemas estruturais, além de frequentes instabilidades políticas que atrofiam o processo desenvolvimentista. Também é um Estado frágil e incapaz de satisfazer as necessidades básicas (alimentação, saúde e educação) para a sua população, estimada em 1.530.820 de habitantes, com a densidade populacional de 46,9h/km (TININGUENA, 2017).

A Guiné consta na lista dos países mais pobres do mundo, e é considerado um Estado frágil no campo econômico e político, de acordo com critérios de algumas organizações

internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o relatório do Desenvolvimento Mundial, a Guiné-Bissau tem 0,396 índices de Desenvolvimento Humano (IDH), fato que lhe deixa em 177º lugar nos países com IDH mais baixo do mundo (TININGUENA, 2017).

A economia da Guiné-Bissau é dominada fundamentalmente pela produção agrícola (cultivo de caju e uma produção de arroz e hortaliças), que constitui 60% do seu PIB e 90% das exportações, área que gera mais empregos para a população. O país é extremamente dependente da ajuda internacional, 80% do orçamento do Estado vêm do exterior, dos outros países e organizações internacionais (BM, 2010).

Atualmente, o país se encontra em constante crescimento anêmico da pobreza. Mais de 69% da população sobrevive com *US \$2* por dia, numa pobreza, e cerca de 30% sobrevive com *US \$1* por dia, numa extrema pobreza, de acordo com o relatório do Banco Mundial (2010). A população cresce num ritmo muito acelerado, mais do que a economia, uma consequência grave causada pelas frequentes crises políticas que fragilizam as instituições. E a estratégia limitada do plano de ajustamento estrutural constituiu um entrave para o crescimento do emprego e um desenvolvimento econômico desigual (BARROS, 2017).

Contudo, a Guiné-Bissau possui riquezas naturais invejáveis e uma biodiversidade única, que atraem muitos países predadores que aproveitam da sua fragilidade para usurpar e saquear os seus recursos naturais. Porém, a debilidade da economia faz essa nação cada vez mais dependente das verbas internacionais, e foi o motivo pelo qual o país vem estabelecendo os acordos de cooperação com países de economias robustas, tidos como parceiros no processo de desenvolvimento da economia guineense, mas, na prática, se trata do recrudescimento das velhas práticas bilaterais do norte-sul.

A incompetência e a irresponsabilidade do Estado guineense em garantir o emprego para população fez com que a maior parcela dessas, recorresse às atividades econômicas que envolvem a exploração dos recursos naturais para preservar sua sobrevivência (matar a fome). Entretanto, várias atividades para fins econômicos foram proliferadas, entre elas destaca-se o comércio de madeira. É uma atividade praticada na sua maioria pela população das zonas rurais, pois é a população com condições socioeconômicas muito desfavoráveis, e que conta muito pouco com a ajuda dos governantes (BARBOSA, 2008).

A luta pela sobrevivência sempre foi a realidade da população para conseguir o pão de cada dia. Portanto, essas atividades (venda de carvão, lenha, dentre outras) que envolviam a

exploração da madeira serviram ou servem de estampa para esconder os prejuízos deixados pela elite política do país (BARBOSA, 2008).

A luta pela sobrevivência não envolve somente atividades de venda de carvão ou de lenha, mas também abrange a área agrícola, que procura fazer cortes de árvores e queimadas para ter novos campos propícios para desenvolver essa atividade (INDJAI, 2015). Há frequente corte de madeiras para fins como lenha e carvão, dada à escassez do combustível convencional em Guiné-Bissau.

A exploração de madeira para energia inclui a lenha (cerca de 650.000 toneladas anuais para consumo interno) e o carvão (137.000 toneladas de carvão vegetal usada anualmente para consumo interno). De acordo com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), que publicou esses dados, a tendência que o consumo nacional há que acrescentar, assim como as exportações e as vendas clandestinas. Isso acontece devido à elevada taxa de natalidade da população guineense (MADR, 2006).

É de salientar que existe um elevado índice de corte e a extração abusiva de madeira por causa da qualidade e valor que a madeira representa nos mercados doméstico e internacional (INDJAI, 2015). Essas atividades provocaram degradação ambiental alarmante na Guiné-Bissau, e tais agressões à natureza foram notadas por meio das suas consequências. No próximo capítulo, fez-se uma abordagem sobre a causa e os impactos da exploração desses recursos florestais para a energia e outros serviços.

A Guiné-Bissau dispõe dos recursos florestais consideráveis, possuindo cerca de dois milhões de hectares de superfícies com ecossistemas diferentes (florestas sub-humanas, galerias, secas, savanas, palmeiras e mangues) (BARROS, 2017). Uma reserva em madeira que era de 48 milhões m³ deve diminuir muito mais devido à falta de controle ou de uma política eficiente que consiga providenciar a sua sustentabilidade. Segundo MADR (2006), essa reserva, em tese, poderia cobrir o consumo nacional de madeira em obras, serviços e da energia estimada perto de 1,2 milhões m³. É imperioso acreditar que essa previsão não se tornou em uma realidade devido à constante deflorestação na Guiné-Bissau.

A extração de madeira feita entre 2012 a 2014 ficou marcada na história da Guiné-Bissau. É considerada ápice do desmatamento, devido à quantidade de madeiras cortadas nesse período. A Guiné-Bissau tinha saído de um tremendo golpe militar, era um regime de transição, o país vivia uma das piores crises socioeconômicas da sua história. Essa crise piorou a situação das instituições já fragilizadas. O Estado tornou-se vulnerável à influência

dos parceiros internacionais, que já estavam de olho nos recursos naturais, permitindo o corte em grande escala de madeira para alimentar o comércio internacional.

As firmas chinesas, indianas, senegalesas estimularam ainda mais a corte de madeira na Guiné-Bissau, pois esses compõem a parte financeira desse processo, ou seja, eles são os compradores dessas commodities, e não se importavam se as explorações eram feitas com base nos princípios sustentáveis ou não (BARROS, 2019). Portanto, a presença agressiva dos parceiros internacionais, que procuram aumentar seus benefícios a todo custo, acaba por influenciar o comércio de madeira no território guineense.

3 CRISES POLÍTICAS E A CORRUPÇÃO, SUAS INFLUÊNCIAS PARA CORTE ABUSIVO DE MADEIRA (2012-2014)

O golpe de Estado de 12 de abril de 2012 (sinaliza a base do nosso espaço temporal da pesquisa), levou o país a uma crise socioeconômica alarmante. Esse acontecimento ficou marcado na história não só pela instabilidade política militar que culminou em assassinato do General das Forças Armadas Tagme Na Wai e do Presidente da República João Bernardo Nino Vieira. Mas também pelos fenômenos vigentes como tráfico de drogas e vendas clandestinas de toras de madeiras envolvendo figuras políticas e militares do país. Foi nessa situação que o território guineense sofreu o maior desmatamento da sua história desde a luta pela independência no confronto entre os nativos e tropas coloniais portuguesas (BARROS, 2017).

Apesar das leis que o Estado guineense dispõe para garantir o uso duradouro dos recursos naturais e uma prosperidade econômica sem causar problemas ambientais, a situação de golpe de Estado acabou por afrouxar as instituições que tutelam essa área, abrindo brechas para saques, corrupção e impunidades.

O país estava à beira do abismo com um índice elevado de desemprego e pobreza generalizada. Entretanto, a incapacidade do Estado em proteger os seus recursos e controlar as fronteiras permitiu a invasão massiva dos estrangeiros que influenciaram o comércio clandestino de madeiras (INDJAI, 2015). Era um momento oportuno para fazer essas atividades ilícitas, dada à vulnerabilidade e falta de ordem em que se encontrava o território guineense.

As fronteiras guineenses estão cheias de brechas que permitem as atividades criminosas ligadas ao comércio ilícito e transacional, sobretudo num momento conturbado como nos anos 2012, em que o Estado ficou totalmente desnordeado pelos efeitos do golpe militar. Vale salientar que a Guiné Bissau é um país cuja pontuação é a mais baixa na África Ocidental em termo de “governança geral”. E no que tange a segurança e Estado de Direito, o país se encontra abaixo da média continental de 52,1 com uma pontuação de 43,7 (MO IBRAHIM FOUNDATION, 2016).

As ausências do Estado nesse período, assim como a fragilidade das suas instituições, contribuíram para corrupção e corte em grande escala de madeiras. A Guiné-Bissau é um Estado que não cumpre com as suas funções essenciais, os ganhos individuais dos governantes são prioritários em detrimento do bem-estar da nação.

E a pobreza generalizada associada com salários precários dos funcionários do Estado formou terreno fértil para semear a corrupção e opacidade do funcionalismo público em momento de calamidade. Portanto, se for associado o que foi dito na frase anterior aos fatos de Estado guineense ter sempre obstáculos em pagar regularmente o salário miserável aos funcionários públicos, pode-se afirmar que esses constituem a origem para a corrupção.

A corrupção, para a elite política e econômica, constitui uma forma de acumular grande capital em momentos de crise. De acordo com Transparency Internacional (2016 apud RAHMAN, 2017, p. 3): “a Guiné-Bissau aparece em 168ª num total de 176 países pesquisados no âmbito de índice de percepção de corrupção”. A noção de corrupção é definida por Joel Fernandes (2017, p. 21) como:

[...] ação ou efeito de corromper, decomposição putrefação ou desmoralização, sendo ainda vista como formas de “sedução e suborno” é uma forma de se conseguir algo fácil, mas que para a realidade é ilícito, proibido por lei, antiético ou imoral que corrói as bases sociais, mina a construção de um Estado de direito democrático, afeta diretamente o bem-estar dos cidadãos [...].

O corte abusivo de madeira no período que interessa essa pesquisa (2012-2014) foi realizado à base de uma corrupção configurada como abuso de poder confiado aos políticos, que usufruem disso para ganhos privados.

O Estado guineense é controlado por redes criminosas, aliás, muitos dirigentes das instituições públicas do Estado estão intrinsecamente ligados e dominados por redes de tráficos de armas, drogas ou madeira. Esse fato enfraquece a atuação ou luta contra a corrupção, possibilitando o proveito de natureza econômico-financeira (FERNANDES, 2017).

Percebe-se que o envolvimento dos funcionários públicos nas práticas ilícitas advém dos baixos salários irregularmente pagos, falta de condições básicas do trabalho (equipamentos), ausência das assistências médicas, dentre entre outros direitos trabalhistas (FAEL, 2017). Se nos momentos mais calmos a corrupção e o contrabando dos recursos naturais afetam o aparelho do Estado, no momento conturbado em que o Estado se fez ausente esses foram potencializados. Portanto, o golpe de Estado só serviu de incentivo para fazer com muita facilidade o corte e a venda de madeira em grande proporção.

4 ILICITUDE E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA NA GB

Antes de adentrar nas discussões sobre comércio de madeira, é precisamos entender, de forma razoável, os conceitos do que é legal/ilegal e lícito/ilícito. Para tanto, traz-se a abordagem do Moisés Naím (editor da revista *Foreign Policy*) sobre o que é ilícito, no seu livro publicado em 2005. Com isso, se desenvolve uma relação de abordagem desse autor com o comércio de madeira na Guiné-Bissau.

Ora, a questão da ilegalidade e da ilicitude são conceitos inerentes ao comércio de madeira na Guiné-Bissau, e este estudo desvela uma dinâmica comercial permeada pela imoralidade de relações de poder, que faz com que, nas relações obscuras, os fatores socioeconômicos, político culturais estejam imbricados entre si à tolerância, à fraca fiscalização e à falta da penalização dos infratores da lei. Nessa relação, certos atores envolvidos no processo da tolerância podem, em certa medida, serem vítimas do próprio sistema, sobretudo quando os interesses pelas comercializações envolvem os agentes do poder executivo, por exemplo.

“É imperativo dizer que o ilegal é a negação do legal nos critérios da legislação, ou seja, o oposto à lei”. O ilícito se trata de algo que é injusto e proibido em relação às normas sociais e morais numa determinada sociedade ou território, e que nem sempre está relacionado com a legislação (SILVA, 2018).

O derrube de madeira, nas suas relações obscuras de comercialização, releva o seu caráter ilícito, ilegal e informal na sociedade guineense, repugnada pelo poder judiciário e legislativo. Além disso, não atende às normas sociais e morais da população, mesmo tratando de exceção ou de “macroestado”.

Nessa situação, os acordos comerciais entre as lideranças políticas inescrupulosas são engendrados e são esquematicamente acobertados. Para Moisés Naím (2006), trata-se de um processo de contrabando que requer maior envolvimento de todos os atores da sociedade, isto é, os empresários, os governantes e moradores das comunidades, sendo que esses últimos são constantemente aliciados devido ao desemprego e vulnerabilidade social, e procuram formas alternativas de sobrevivência.

A Guiné-Bissau é nutrida por uma biodiversidade rica e recursos naturais abundantes. A maior parte da sua população depende intrinsecamente da utilização dos serviços dos ecossistemas para ter “o pão de cada dia” e conseqüentemente ter a sua sobrevivência garantida dia após dia. Embora os recursos naturais sejam patrimônio do Estado, a Constituição da República oferece as possibilidades de acesso aos recursos naturais mediante as licenças administrativas com prazos de validade para os nativos e estrangeiros.

O licenciamento ambiental é um registro de atividades, objeto de regulamento específico estabelecido pela administração (BOLETIM OFICIAL, 2011). Por meio dessas licenças, os agentes públicos devem avaliar o perigo e o dano do desenvolvimento dos projetos de cunho econômico em território nacional, levando em consideração os impactos socioambientais que tais projetos podem acarretar. Sua importância consiste em conciliar o crescimento econômico e a sustentabilidade dos recursos naturais e a boa qualidade de vida.

As sociedades estão sujeitas aos riscos que põem em causa a sua integridade, o Estado como poder público, deve ter a capacidade de detectar os perigos e a responsabilidade de procurar mecanismos para evitar os acontecimentos desses riscos.

Para assegurar o direito ambiental e meio ecológico equilibrado, o Estado precisa cumprir o papel de elaborar políticas eficientes de uso racional dos recursos naturais. Além disso, precisa determinar parâmetros de comportamentos das pessoas físicas e jurídicas nas suas relações com ecossistema, pois isso é fundamental para evitar possíveis danos e efeitos colaterais do meio ambiente (OLIVEIRA, 2007).

Mas o Estado guineense carece de instituições eficientes para elaborar políticas públicas para orientar as atividades por uma direção sustentável, e padece das tecnologias de vigilância que converse com a integridade territorial. Entretanto, a falta dessa estrutura contribuiu muito para o contrabando dos recursos florestais.

Nos últimos nove anos, a Guiné-Bissau sofreu uma deflorestação desenfreada causada por um determinado grupo que prioriza suas necessidades econômicas em detrimento das

necessidades vitais da população. Algumas pessoas entram nessa rede porque é um caminho mais fácil de conseguir o dinheiro; outras entram por meio de uma coerção.

Várias denúncias foram realizadas por músicos, cidadãos anônimas, ativistas sociais e ambientais, onde relatam sobre a extração abusiva das árvores (madeira) para fins econômicos. São reportados os envolvimento dos entes chineses em colaboração com alguns cidadãos locais para fazer essa atividade ilícita que viola flagrantemente *a Lei da terra, a Lei de bases do ambiente, Lei florestal e Lei quadro das áreas protegidas da Guiné-Bissau*. Essas são leis criadas para regulamentar o uso racional dos recursos naturais, com vista a proporcionar ambiente que ofereça uma boa qualidade de vida sustentável aos habitantes desse país, tal como apresenta *a Lei de bases do ambiente n° 1/2011*:

A Lei de Bases do Ambiente é um instrumento jurídico, que comporta disposição de proteção dos recursos naturais e dá garantia na sua utilização e gestão racional pelo homem, resultando assim na correta intervenção da administração pública nos assuntos ambientais (BOLETIM OFICIAL, 2011).

No entanto, os causadores de danos devem ser submetidos às punições que visam reparações dos seus próprios atos por meio da deliberação de financiamento às comunidades locais, que são as maiores vítimas das elites econômicas. Isso não quer dizer que é natural agredir brutalmente a natureza e depois pagar pelos danos, até porque nenhum valor compensa a degradação ambiental. É um senso criado para evitar mais ataques ao meio ambiente e abusos às comunidades locais.

Uma parte dessas Leis foi criada para honrar os compromissos internacionais assumidos com vista a evitar certas sanções dos parceiros internacionais. Porém, foram insuficientes para evitar agressões ao meio ambiente por intermédio da exploração abusiva e irracional dos recursos florestais, pois a Guiné-Bissau ainda sofre com o desmatamento incessante do território nacional por causa dos benefícios econômicos crescentes que as toras de madeira proporcionam.

Segundo jornal Observador⁵, foram apreendidos 1.500 contentores de madeiras exploradas ilegalmente nos anos de 2012 a 2014. As madeiras são cortadas e contrabandeadas sem nenhuma punição dos infratores da legislação nacional sobre as florestas e o uso sustentável dos recursos naturais. Em algumas situações as empresas têm a autorização legal da Direção Geral das Florestas e Fauna (DGFF). A tabela a seguir apresenta quinze empresas

⁵ Acessado em <https://observador.pt/2018/01/22/governo-da-guine-bissau-exporta-madeira-apreendida-por-corte-ilegal/> 05 de julho de 2020.

que possuem concessões de florestas, regiões e áreas ocupadas. Entre essas empresas constam duas empresas chinesas, Chinesa e FOLBI, a primeira atua na região de Cossé e a segunda tem a concessão para Buba.

Tabela 1 - Principais concessões florestais na Guiné-Bissau

Localização (Região)	EMPRESA	Estado de Laboração	ÁREA (ha)	Situação
BAFATÁ	Manuel Brandão – Bambadinca	Funcional –	69.746	Alugada
	SOCOTRAM – Gambiel	Funcional	138.450	
	MADERTROP – Contubuel	Funcional	148.113	
	Maudo Sano – Bafatá	Funcional	71.706	
	MSG– Mansaina	Funcional –	99.432	Alugada
	Chinesa - Cossé	Funcional	Sem dados	
GABÚ	Benício Silva – Gabu	Funcional	235.762	
	EMC – Candjufa	Funcional	192.772	
	West Africa - Mafanco -	Funcional	Sem dados	
OIO	STM – Mansabá	Funcional	49.277	
	CUP – Bissorã	Funcional	54.033	Alugada
	CABEVI – BINTA	Funcional -	Sem dados	Alugada
	Gã Mamudo – Gã Mamudo	Funcional	Sem dados	
	Agência Nanco -	Funcional	Sem dados	
QUÍNARA	FOLBI – Buba	Funcional	87.097	Alugada

Fonte: DDDFF (2010).

É de suma importância esclarecer que uma exploração de madeira é considerada ilegal quando ela é feita sem orientações de plano de manejo do governo, ou quando ela é praticada sem as licenças oficiais do governo (ANSER et al., 2009). Ademais, consideram-se ilegais os cortes feitos nas áreas protegidas, e se a quantidade cortada é desproporcional com o contrato proposto (MACKENZIE e RIBEIRO, 2009). Grosso modo, são considerados crimes ambientais quando os recursos extraídos e transportados internacionalmente violam as proibições ou regulamentos jurídicos nacionais e convenções internacionais (ELIOT; SCAEDLA, 2013).

5 RELAÇÃO SINO-GUINEENSE E SEUS INTERESSES

A Guiné-Bissau é um país fortemente marcado pelas atividades agropecuárias, que têm sido a base para o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar da sua população. Grande parcela da população guineense depende intrinsecamente dos recursos naturais para a sobrevivência, e utiliza as florestas para o extrativismo, coleta de plantas medicinais, assim como para realizar cerimônias sagradas e religiosas. Os ecossistemas litorais e marinhos exercem um fator crucial para o crescimento econômico e desenvolvimento desse país. Entretanto, a debilidade da economia e a incapacidade das suas instituições em cumprir com as demandas internas fazem dessa nação refém das ajudas internacionais.

Nesse contexto, a liderança política tem estabelecido acordos e cooperação com países mais desenvolvidos como suporte econômico, o que tem se configurado em vicissitudes das estruturas macroeconômicas daquele país. Nesse sentido, as atitudes de grandes *Players* da arena internacional contrapõem o verdadeiro propósito para qual a cooperação internacional para o desenvolvimento foi idealizada, pois um dos objetivos dessa consiste em ajudar os países a suprimir as dificuldades políticas, econômicas e sociais para que eles possam estar a *pari passu* do ritmo de desenvolvimento global.

Um dos países que se destacam nesse âmbito da cooperação é a República Popular da China, país o qual a Guiné-Bissau teve contatos desde primórdios da luta de libertação nacional, e se estabeleceu a cooperação em diversas áreas.

A relação entre esses dois países começou no início do ano 1970, quando a Guiné-Bissau solicitou apoio logístico, financeiro e bélico à China para lutar contra o regime colonial português (CAMBANCO, 2019). O gigante asiático recebeu o movimento anticolonialista de PAIGC com braços abertos, num contexto em que a própria China precisava também dos aliados africanos para exportar a sua revolução (revolução chinesa 1949) contra imperialismo europeu que, coincidiu com a proliferação de movimentos nacionais para libertação dos países africanos sob o jugo colonial (ANSHAN, 2007). Portanto, a China tinha interesse em comum com os movimentos africanos de emancipação política da opressão colonial.

Entretanto, no final da década de 1980, aconteceu um massacre na Praça de Tianmen, que fez com que a “*China comunista*” tornasse centro das críticas dos países ocidentais (TAYLLOR, 2006). Uns grupos de estudantes universitários se reuniram na Praça Celestial no centro de Pequim para exigir as reformas democráticas e mudanças do regime político. No

entanto, foram recebidos com bombardeamento de tanques de guerra do partido comunista, e milhares de estudantes morreram nesse manifesto⁶. Com isso, a China procurou apoio em países africanos para contrapor as críticas ocidentais sobre a violação de direitos humanos e falta de cumprimento dos preceitos democráticos. Entretanto, os votos dos países africanos foram fundamentais para evitar punições severas à China.

Porém, vale salientar que a busca dos aliados na África não se restringia apenas em acabar com imperialismo europeu, ela também constituía uma estratégia política que visava afastar os países africanos do Taiwan, de modo a impedir possíveis apoios ao Taiwan no seu processo emancipatório ou de reconhecer-lhe como uma nação independente. Destarte, qualquer aproximação desses países com a Taiwan constituiria uma agressão ou ameaça à soberania da China. Nesse quesito, Taiwan perdeu a credibilidade no continente negro em detrimento do Pequim.

O gigante asiático se tornou parceiro fundamental dos países africanos não só pelas trocas de apoio feitas, mas, sobretudo, pelos princípios que a China prega “em tese” na sua relação com outras nações, tais são: o princípio da integridade territorial e de respeito à soberania, o princípio da não agressão mútua, não interferência em assuntos internos dos outros países, vantagens mútuas e igualitárias e o princípio da coexistência pacífica (TAYLLOR, 2006).

Entre esses princípios, o que transparece mais na política externa chinesa em busca dos recursos naturais é o princípio de não intervenção em assuntos internos, embora ele seja violado às vezes pela própria China. Sendo assim, o desrespeito aos direitos humanos, falta de cuidado com meio ambiente, a corrupção e violação dos preceitos democráticos não impede a China de fechar os negócios com os países que não respeitam o paradigma de atual conjuntura da política mundial. Isso significa dizer que ela não discrimina os países africanos pelos fenômenos que acontecem no âmbito doméstico e pelas políticas internas adotadas por eles, o que, às vezes, suscita críticas por parte dos governos ocidentais (ALVES, 2010).

No entanto, a falta de credibilidade aos princípios morais da política internacional da China na sua relação com países africanos, isto é, não apontar dedo para esses países em caso de violação de algumas normas/convenções internacionais, é vista como um respeito à soberania não só por governantes guineenses, mas também para todos governantes da região. O modelo da China de cooperação conquistou os líderes/elites políticas dos países africanos, sobretudo governantes da Guiné-Bissau.

⁶ Disponível em <https://youtu.be/EYkav3G72Go>, acessado no 21/02/2021

Depois da independência da Guiné-Bissau, os dois países estenderam a cooperação em diferentes áreas, tais como: econômica, educação, saúde, agricultura e infraestruturas, e o país asiático tornou-se um importante parceiro de investimento e de apoio ao desenvolvimento. No entanto, as questões ideológicas deixaram de ter espaço privilegiado na política externa chinesa, pois o país asiático estava mais preocupado em garantir a sua estabilidade econômica do que estabelecer um laço forte de amizade não só com a Guiné-Bissau, mas também com todos os países africanos (MBUNDE, 2019).

Convém salientar que entre 1949 a 1970 a China priorizava as questões ideológicas do espírito da conferência de Bandung em 1955. Mas as crises da década 60 para 70 impactaram negativamente a economia chinesa, levando o gigante asiático a mudar o jogo, pois precisava restaurar a sua economia. A decorrência disso, a China passou a integrar o pragmatismo comercial e econômico em sua política externa como um elemento fundamental nas suas relações com os Estados africanos.

Hoje, os interesses da China nos países africanos estão atrelados à exploração dos recursos naturais. E o investimento nas infraestruturas é o principal instrumento usado pela China para ter acesso a esses recursos neste continente (MBUNDE, 2019). Embora exista cooperação no âmbito da agricultura, artesanato, educação e saúde pública, a infraestrutura ganhou mais destaque.

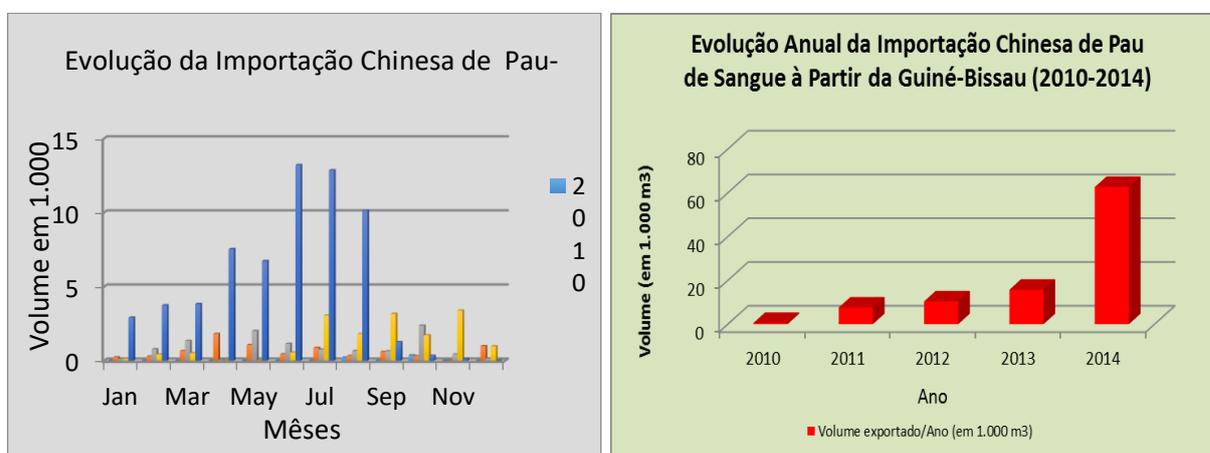
Como se pode constatar, a tabela acima ilustra as infraestruturas financiadas pela China, e os orçamentos desses ultrapassam a capacidade de renda da Guiné-Bissau, ou seja, a Guiné-Bissau, embora esteja cercada de riquezas naturais, ainda é considerado um Estado fraco, incapaz de transformar seus bens naturais em produtos acabados para exportação, fato que deixa sua economia estagnada, pois importa mais do que exporta. Portanto, o governo guineense não possui fonte de renda econômica para liquidar os empréstimos vindos de parte do governo chinês, pois as assistências chinesas para esse país se dão em grande parte em forma de empréstimo, invés de doação, e possuem níveis de concessões superiores à capacidade do país anfitrião.

Segundo Mbunde (2018), os financiamentos e assistências são compensados por meio de aquisição de licenças para exploração dos recursos naturais guineenses, como concessões de licenças para pesca, para exploração de madeira e entre outros recursos. No entanto, as formas como essa exploração é feita compromete profundamente o plano de desenvolvimento sustentável do país, desrespeitando o regulamento das licenças. Nesse sentido, as empresas chinesas que foram deliberadas para fazer a pesca foram flagradas violando o protocolo de

acordo da pesca entre os dois países, e isso tem influenciado outras pescas ilegais de outras empresas chinesas que não estão vinculadas a esse acordo de cooperação no setor pesqueiro (CAMBANCO, 2019).

De acordo *RTP Notícias*⁷, só em 2013 a Greenpeace identificou 114 casos de pesca ilegal na costa da África ocidental, quase todos os navios apreendidos estavam diretamente ligados à empresa Estatal chinesa *China National Fisheries Corporation*⁸. O mesmo aconteceu com as explorações dos recursos florestais (madeiras) entre os anos 2012 a 2014. Vale salientar que neste mesmo período, a exportação de madeira “pô di sangue” para a China aumentou como nunca antes, como se pode perceber nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 - Apresenta a evolução da exportação de madeira “pô di sangue” para a China



Fonte: Alfândegas da China (Source: Based on General Administration of Customs of the Peoples Republic of China).

Durante a entrevista concedida em Bissau, em setembro de 2014, no ápice da extração abusiva e comércio ilegal de madeira, o embaixador chinês Wan Hua enalteceu que as práticas de exploração de madeira que envolve entes chineses foram realizadas de forma legal, com licenças concedidas pelo governo da Guiné-Bissau. Entretanto, o envolvimento dos empresários chineses na exploração, num período de transição política e de saques, gerou certo ceticismo da sociedade civil guineense à República Popular da China, associando-a às práticas ilegais (MBUNDE, 2018).

Além disso, o nome da China sempre esteve nos problemas sobre exploração dos recursos florestais não só na Guiné-Bissau, mas também em outros países africanos, como

⁷ Rádio Televisão de Portugal (RTP)

⁸ Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/economia/greenpeace-denuncia-pesca-ilegal-chinesa-na-guine-bissau_n830320. Acessado no dia 15/03/2021

Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, dentre outros (GERMAN et al., 2013). Destarte, é oportuno frisar que a China é considerada o país que mais importa madeiras tropicais, e é, por sua vez, o maior exportador de produtos de madeiras processados, como produto de mobiliário e carpintaria (ITTO, 2012). Portanto, tornar-se-ia difícil que o embaixador chinês convencesse a sociedade civil de que as empresas chinesas não estão envolvidas no corte ilegal de madeira, tendo em conta as denúncias feitas em outros países da região.

É de salientar que o investimento na infraestrutura é um dos meios mais seguros para os governantes garantirem a reeleição em África. Pois isso se configura como uma prova contundente de que os governantes estão cumprindo as demandas da população. Para um povo que vive sob condições precárias da infraestrutura, a construção de um hospital e uma escola ou a construção de uma via pública e espaço um lazer é suficiente para ter créditos para conquistar outro mandato.

Por isso que alguns governantes africanos recorrem desesperadamente à república Democrática da China, para pedir financiamento com vista a ter as vantagens políticas citadas no parágrafo anterior, mesmo que isso ponha em causa o desenvolvimento em longo prazo do seu país. Na contrapartida, facilitam a usurpação e minimizam as barreiras comerciais não tarifárias, que acarretam no afrouxamento das instituições nacionais. O mais grave é que empresas que trabalham nesse âmbito, geralmente não respeitam as convenções internacionais e as normas nacionais de proteção ambiental e trabalhista (CIFOR, 2013).

6 ANÁLISE DOS DISCURSOS QUE RELAM O ENVOLVIMENTO DOS EMPRESÁRIOS CHINESES NO COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA

Constata-se a “deterioração do termo de troca” nas relações comerciais entre os empresários chineses e os nativos. Segundo a imprensa DW, as toras de madeiras, extraídas e vendidas a um preço banal, são transformadas em produtos acabados pelas indústrias chinesas, depois são exportadas para Guiné-Bissau, e são vendidos a um preço muito alto, às vezes o dobro do preço das toras de madeiras (PREBISCH, 2000).

Analisando os circuitos comerciais, entende-se que aos países periféricos são reservadas funções específicas e reduzidos exclusivamente a atuarem como exportadores de matérias primas e concomitantemente importadores de produtos industrializados dos países do capitalismo central. Uma troca desigual entre os países demonstra o porquê da divisão

internacional do trabalho tem sido objeto de discussão acalorada tanto no campo de relações internacionais como nos estudos marxista da teoria da dependência.

De acordo com relatos da comunidade da imprensa DW, os 'tronqueiros', nomes dados às pessoas que possuem motosserras e licenças de corte, aparecem nas comunidades acompanhadas com licenças oficiais e empresários chineses, e geralmente são guardados por militares ou outras forças de segurança do Estado.

Nesse contexto, as comunidades ficam impossibilitadas de impedir a invasão aos seus terrenos para derrubar as árvores, por causa da presença das autoridades do próprio país. Em certas circunstâncias, se um cidadão, sobretudo ativistas, tenta resistir contra os extrativistas e rejeitar os aliciamentos, sofre ameaças de morte e perseguição. Existem indícios que mostram que a exploração demasiada das madeiras compõe a nova modalidade financeira para a campanha dos políticos durante as eleições, fato que torna difícil bater de frente com eles, tendo em conta as suas influências políticas e o abuso de poder.

Portanto, o envolvimento de alguns políticos e os militares nas redes de tráfico dificulta as denúncias e, conseqüentemente, o processo de erradicação desse negócio. Nesse sentido, quando o tráfico controla o lucro, detém automaticamente o meio coercivo, e começa a acumular as fortunas. Uma parcela dessa fortuna é investida para ter a influência política e poderio militar, para que inexoravelmente estabilize o negócio (NAÍM, 2009). É desse jeito que o tráfico de madeira se configura em Guiné-Bissau.

Os tronqueiros (os que possuem licença; outros que não possuem, mas que mesmo assim conseguem fazer corte) têm função de entrar nas terras para fazer abates das árvores. Os militares que os acompanham cuidam da segurança deles caso haja reivindicação ou ataques por parte da comunidade. Os chineses, por sua vez, cuidam da logística (aliciamento, materiais de trabalho, dinheiros para os trabalhadores e para a compra dos *commodities*). Os políticos ou governantes envolvidos nessa rede usam seus status ou poder para facilitar as exportações por via marítima, por meio das lavagens das madeiras (GERMAN et al., 2023).

Nesse caso, constata-se que os interesses dos empresários chineses incentivaram a extração abusiva e comércio ilegal de madeira. Tal como advertia Júlio Sá⁹, advogado e especialista em gestão e exploração de madeira, “[...] os chineses são um dos estrangeiros interessados em comprar as madeiras, incitam os outros para entrar na mata para cortar, porque lhes interessa. É difícil determinar os nomes, mas não são nacionais [...]”. Essa fala do

⁹ Júlio Sá, entrevista com DW disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/m%C3%A1fias-dominam-o-corte-legal-de-madeira-na-guin%C3%A9-bissau/a-18597856> , acessado no dia 24/03/2021

Júlio mostra o quão à China está ligada a essa prática. Isso parecia ser um senso comum, até os músicos atribuíam a responsabilidade do contrabando das madeiras aos empresários chineses.

No período de 2012 a 2014, os músicos se organizaram e usaram de suas artes para fazer denúncia sobre os maus tratos às florestas guineenses. A música mais emblemática de críticas às agressões florestais foi à música do Zé Manel¹⁰, intitulado “*Corta Matu*” que significa em português “desmatamento”. As críticas dessa música foram direcionadas aos governantes guineenses e empresários chineses.

Tem uma passagem muito interessante que expressa o seguinte, “*abós ku bindi terra pa China corta, nona fica pé pa justiça firma*”, traduzido em português como: “você que venderam a terra para a China cortar, vamos resistir para a justiça funcionar”. Essa crítica foi direcionada ao governo guineense, indicia que os governantes estão a trocar as madeiras por dinheiro, pois se acredita que a renda de madeira serve de suporte para despesas da campanha política de alguns partidos nacionais. Por isso, a sociedade civil, por intermédio da música, traz à tona a sua insatisfação pela cooperação entre a China e Guiné-Bissau.

Nos últimos anos, esse país asiático se tornou centro das críticas de alguns pesquisadores guineenses que acompanham atentamente as suas atuações diplomáticas e econômicas em regiões africanas, devido à elevada deterioração sutil desses países: Cambanco, Barros, Mbunde, dentre outros. Apesar das críticas feitas a essa nação, algumas lideranças políticas ainda veem essa simbiose, China-Guiné-Bissau, como meio para maximizar a determinação, ou seja, uma oportunidade para catalisar os investimentos necessários na infraestrutura, na indústria, e estimular a criação de emprego e exportações.

Os referidos eventos supracitados levam a compreender que as abordagens econômicas relacionadas ao contrabando de madeiras que correm nos circuitos invisíveis da globalização são temáticas de relações internacionais que fornecem novos paradigmas, novas interpretações, novos questionamentos e novas protagonistas em cena. Nesse caso, o papel da China e sua agenda internacional devem ser tomados como motivo de reflexões agudas e também para entender definitivamente a função dos países africanos nas suas relações com a China dentro da divisão internacional do trabalho, aqui se tratando de matérias-primas que são exportados para o mercado chinês e o mercado ocidental, e que depois essas retornam como produto manufaturado aos consumidores finais.

¹⁰ Cantor guineense da velha escola, link para música: <https://www.youtube.com/watch?v=X5FF9H6lZQQ>. Acessado em 15/03/2021

A presença da China no continente africano deve ser observada numa dimensão mais complexa, a partir do seu projeto mais ambicioso, denominado “a nova rota de seda”, que preconiza a globalização inclusiva, alinhada à nova ordem mundial, que também tem o propósito de atravessar o chamado coração da Eurásia (FRANKOPAN, 2019).

Nesse contexto, o projeto Chinês remete a pensar o protótipo do geógrafo Halford John Mackinder (2004), que desenhou uma teoria em 1914 sobre “*Heartland*” (o coração da terra), a Eurásia. Nessa teoria, o autor defende que o “*Heartland*” é uma área geoestratégica e, portanto, quem o ocupa e domina conquistará o mundo¹¹. Porém, a referida teoria ou teorias que estavam em voga até recentemente se arrefeceram nas últimas décadas, principalmente a partir de recentes acordos bilaterais entre a China em ascensão e suas relações com os países africanos, principalmente em segmentos de infraestrutura, tais como construção de portos e estradas, instaurando uma nova era.

Isso, na prática, significa destacar que o protagonismo e a ofensiva chinesa serão em padrão *low profile* (discreto) e do *soft power* (poder brando) na arena geopolítica. Por isso, sua geopolítica se difere do padrão *hard power* (poder duro), como age a diplomacia norte-americana, centrada na escola (neo)realista.

Portanto, nessa esteira de análises, tornou-se necessário compreender que a presença de China no continente africano deve ser examinada à luz do próprio projeto do governo chinês, que tem como objetivo principal pôr em ação o alargamento do sistema *sinocêntrico* no sentido da projeção internacional, definido pelo governo com “A Nova Rota de Seda”, que começou a ser engendrada a partir da crise de 2008, e com a liderança de Xi Jinping, a RPC passou a adotar estratégias e abordagens de caráter mais assertivo, evidenciado nas concepções em torno do *Chinese Dream* e nas recentes iniciativas da diplomacia econômica chinesa, notadamente voltada à formatação de uma nova arquitetura financeira global e à construção da Nova Rota da Seda (PAUTASSO, 2017, p. 27).

¹¹ Nicholas J. Spykman Publica uma obra intitulada: A estratégia americana na política mundial. SPYKMAN, N. J. America's Strategy in World Politics. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1942.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instabilidade política causada pelo golpe militar de 12 de abril de 2012 arrastou a Guiné-Bissau para um colapso econômico terrível, que culminou no fracasso do Estado de direito, foi uma das principais causas da exploração abusiva e ilegal de madeira entre os anos 2012 e 2014 na Guiné-Bissau. Entretanto, existem outros fatores internos e externos influenciaram este processo.

Primeiro, diz respeito a falta de estrutura das instituições da Guiné-Bissau responsável pela gestão dos recursos naturais contribuiu muito para a ineficácia da aplicação de políticas públicas no setor Florestal. Ou seja, a falta de materiais de vigilância suficientes, salários em atrasos dos funcionários, e entre outros direitos trabalhistas, fez com que alguns funcionários públicos, sobretudo as guardas florestais não resistirem o aliciamento do sistema de tráfico de madeiras.

O segundo fator é externo, está atrelado à demanda da classe média chinesa que necessita das madeiras, as quais são transformadas em imóveis de luxo, pois esses atraem prestígio e status para os donos (WALTERS, 2019). Isso fez com que muitos empresários procurassem o mercado africano, em especial a Guiné-Bissau, devido às potenciais riquezas florestais dess'e país, em especial, o “*pô di sangue*”, traduzido em português como “*pau de sangue*”, uma das espécies de madeira mais procurada pelos empresários chineses.

A outra questão está ligada à mão de obra que é mais barata nos países em via de desenvolvimento. Entende-se que é mais lucrativo investir nesses países porque a população é desinformada sobre as questões ambientais e valores dessas commodities.

Além disso, a fragilidade do Estado guineense chamou muito a atenção desses empresários, pois Estados fracos são suscetíveis a aliciamento devido ao elevado nível da corrupção e, geralmente, as fronteiras são porosas, às vezes sem nenhum instrumento tecnológico para monitorar e registrar saídas ou entradas das pessoas/mercadorias. Portanto, o território guineense é uma espécie de “*buraco negro geopolítico*”, onde tráfico de madeira vive e prospera. Destarte, o mercado chinês pode ser considerado um “*ponto de luz*”, onde o comércio de madeira rende mais, pois a procura é constante no mercado chinês (NAÍM, 2009).

Essa atividade é considerada ilegal e ilegítima, porque ela é feita numa área em que o período, a forma e o número da extração vão à contraposição com as leis dessa nação, e, no mais, viola os acordos/tratados internacionais e regionais no setor ambiental. No caso da

Guiné-Bissau, os empresários chineses aproveitaram da fragilidade das instituições do Estado, do colapso econômico do país, para montar um crime organizado que fornece commodities para eles por meio de subornos e lavagem das mercadorias, envolvendo políticos e a sociedade civil, que se encontrava deteriorada por causa da crise que o país atravessava.

Contudo, esse negócio melhorou a condição de vida de muitos cidadãos guineenses inseridos nesse processo, mas os “empresários Chineses” saíram como ganhadores desse empreendimento comercial, haja vista o grau de deterioração do termo de troca que permeia essa relação econômica. No entanto, existem indícios que mostram que a extração abusiva e o comércio ilegal de madeira é resultado da cooperação assimétrica entre China e a Guiné-Bissau, tendo em conta as concessões de licenças oficiais de corte de madeira para um número considerável dos empresários chineses. Porém, a confirmação dessa suspeição exige uma pesquisa de campo mais aprofundada.

Referência

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: (Com a colaboração de Engº. Abílio Rachid Said e Engº. José Eliseu Benante), Bissau 2017. 3, p. 69-93, 2007.
- ANSER P, Gregory, Keller, Lentini, Merry e Souza, “**Extração Seletiva de Madeira e Sua Relação com Desmatamento**”, *Amazônia and Global Change Geophysical Monograph Series 186* Copyright 2009 by the American Geophysical Union. 10.1029/2008GM000723.
- ANSHAN, L. **China and Africa: policy and challenges**. *China security*, vol. 3, n.
- ARVANITIS, Y. “**Perspectivas Económicas em África**”, AfDB, OECD, UNDP 2015
- ASCHE, H. e Schüller, M. 2008 “**China’s engagement with África: opportunities and risks for Development**”. GTZ, Eschborn, Alemanha. Bank Information Center (BIC) 2006.
- BARDIN LAURENCE, *Análise de conteúdo*, Edições 70, **Presses Universitaires de France**, 1997.
- BARROS, Miguel de. “**Guiné-Bissau e a gestão comunitária de florestas como oposição às pilhagens público-privadas de recursos naturais**”. [dez. 2017].
- BENNETT, Jeff,” **The economic value of biodiversity: a scoping paper**”. *Asia Pacific School of Economics and Government*”, The Australian National University, Consultado a 15 de julho de 2016, em: <http://www.environment.gov.au/node/14399> (2003). Boitempo Editorial, 2004.

CAMBANCO, D. **Cooperação Sul-Sul e suas contradições: um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor das pescas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau**. UFBA, Salvador 2019.

CRESWELL, John w. **Projeto de pesquisa, métodos, qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DGFF, (2010). **Documento de Política de Desenvolvimento Florestal** - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pag.59.

DW ÁFRICA, **Tráficos de madeiras na Guiné-Bissau**, acesso em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-tr%C3%A1fico-de-madeira-e-droga-aumenta-antes-das-legislativas/a-45582225>, 2017.

GERMAN, Schoneveld, Kanounnikoff, e Gumbo, **Comércio e investimento chinês e seus impactos sobre as florestas: um estudo exploratório nas florestas de miombo**. Documento de trabalho, Centro de Pesquisa Florestal, 2013.

GIL, A. C. **“Como Elaborar Projetos de Pesquisa”**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GJORV, G. Hoogensen **“Segurança com qualquer outro nome: segurança positiva, segurança negativa e abordagem multi-ator”**, revisão de estudos internacionais, outubro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estado, Estrutura da População**, 2009. Disponível em: http://www.sraguinebissau.com/opestat/rgh1e_estado/estrutura/pop.pdf, acesso em: 15/07/2020.

ITTO. **Annual review and assessment of the world timber situation. International Tropical Timber Organization**, Yokohama, Japão, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamento da Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACKENZIE, e Ribeiro D. **Tristezas Tropicais – More sad stories from the forests of Zambézia. Amigos da Floresta and Justiça Ambiental**, Maputo. 63p. 2009.

MAIA, OLIVEIRA e Júnior. **Globalização, sustentabilidade e políticas públicas de geração de emprego e renda. Jornal Internacional de Políticas Públicas**, MA 2009.

MARTINS D. SANTOS, **Os efeitos económicos de um cluster da cooperação num estado frágil: O caso da biodiversidade na Guiné-Bissau**, Universidade de Porto, 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL (MADR), **Projeto do Plano de Ação Nacional da Luta Contra a Desertificação na Guiné-Bissau (PAN/LCD)**, Bissau, outubro 2006.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA, RECURSOS NATURAIS E AMBIENTES (MDRA-RN). **Projeto GBS/97/G31/1G/9 Estratégia e plano de ação para a biodiversidade na Guiné-Bissau**, PNUD, Bissau, 1997.

MO IBRAHIM Foundation Index of African Index: **Guinea-Bissau Insights Transparency International**, 2016 – GuineaBissau. <https://www.transparency.org/country/GNB>

N'BUNDE T. S. **As políticas externas brasileiras e chinesas para Guiné-Bissau em uma abordagem comparada (1974-2014) cooperação sul-sul para desenvolvimento**, Rio de Janeiro, editora Gramma, 2018.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Trad. José Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEALE, WALTER C. "El m e r c a d o en la teoría y la historia", in Polanyi, Karl y otros. Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos, trad. esp. Barcelona: **Labor**, 1976.

OLIVEIRA, A. P.SOUZA. **Direito ambiental constitucional - uma análise do princípio lógico da consolidação do estado protetor do ambiente nas constituições brasileira e portuguesa**, Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, nº 51, p. 46-68, jul. – dez., 2007.

OLIVEIRA, George G.de. A gestão do Meio Ambiente. Políticas e gestão ambiental. **UFBA**. Out/1997.

OLIVEIRA, Maia e Freire. **Globalização, sustentabilidade e políticas públicas de geração de emprego e renda**, Universidade de Maranhão, São Luís, 2009.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração Catalão: UFG**, 2011.

PAULA, J. A. **o mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história, história econômica & história de empresas V.1** (2002).

POLANYI, KARL. "A nossa obsoleta mentalidade mercantil", in Revista Trimestral de Letras e Ideias. Porto: Afrontamento, 1978.

PREBISCH, R. (1949). **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In: Bielschowsky, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: **Record**, Vol.1, 2000.

SILVA, W. **Legislação fundamental de direito do ambiente e recursos naturais da Guiné-Bissau**, OH! Multimídia, Lisboa 2018.

SUN, S. E CANBY, K. China: **Overview of Forest Governance, Markets and Trade**. Forest Trends, Washington D.C. 52 p. 2010.

TAYLOR, I. **China's oil diplomacy in Africa**. *International affairs*, vol. 82, n. 5, p. 937-959, 2006.

TINGUENA, **Diagnóstico sobre a situação de exploração de recursos florestais.**
Consultor Nacional: Eng.º Constantino CORREIA (Pesquisa e Coordenação), Bissau 2017.

WEBER, Max. (1991), **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.**
Brasília, Editora UNB, vol. 1 (1 ed. 1921).

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
Editor, 2001, 143 p. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 14, 2002, p. 171-174.